



GT 030. Eleições e Política

Marcos Otávio Bezerra (Universidade Federal Fluminense) - Coordenador/a, Wilson José Ferreira de Oliveira (Universidade Federal de Sergipe) - Coordenador/a, Christine de Alencar Chaves (UnB) - Debatedor/a

O GT se propõe a receber trabalhos que abordem etnograficamente como sujeitos, famílias, grupos e coletividades se organizam, agem e pensam a política. As eleições aparecem como evento marcante para tomada de posição e organização de concepções sobre política e seu funcionamento. Seguindo possibilidades abertas por trabalhos do Núcleo de Antropologia da Política (NuAP), o período eleitoral é um momento propício para analisar como a política se relaciona com espaços da vida cotidiana, seja através do engajamento dos sujeitos nas disputas eleitorais ou definindo coletividades que, enquanto tais, as evitam. Simultaneamente, dimensões da vida cotidiana (como relações entre vizinhos e disputas entre famílias) são muitas vezes pensadas e elaboradas tal qual uma política, oferecendo igualmente, elementos que compõem o funcionamento mais geral da política. Cabe especialmente discutir os possíveis deslocamentos do processo eleitoral na conjuntura atual. O golpe de Estado e a crescente intervenção de decisões judiciais na definição de ocupantes de cargos públicos põe em cheque o significado usualmente atribuído às eleições. Trata-se também de uma disputa eleitoral onde se dão, simultaneamente, definições em relação a questões nacionais, polarização entre esquerda e direita, demarcação de posicionamentos em relação a temas cotidianos, padrões estéticos, corpos e identidades. Esse quadro abre um amplo espectro para (re)pensar e ampliar a reflexão da antropologia em relação à política.

Quando ser da família é ser da política: uma análise da atuação das facções políticas família 12 e família 14 em um município do extremo oeste cearense.

Autoria: Lorena Leite Aragão

Segundo os moradores de Barroquinha, cidade de quinze mil habitantes localizada ao extremo oeste do litoral cearense, o período eleitoral consiste num momento em que muitas relações são postas à prova: amigos tornam-se inimigos, familiares que outrora gozavam da união, agora contam com a desunião desencadeada pelas eleições. É o momento em que a união da família é desestabilizada e dá lugar à união dentro das facções políticas locais. Não coincidentemente, em Barroquinha, as duas facções políticas rivais são nomeadas de família 12 e família 14. No caso de Barroquinha, a existência de pessoas de uma mesma família na política municipal ocorre desde 1988, quando da emancipação do município, apoiada pelos irmãos Veraldina e Pedro Veras, que, nesse ano, disputaram um contra o outro, as primeiras eleições do município para o cargo de prefeito. Segundo membros da família Veras, o pleito de 1988 inaugurou consecutivas intrigas e consequentes disputas pelo cargo de prefeito do município, o que culminou, desde então, em disputados pleitos entre parentes de primeiro (entre irmãos) e segundo grau (entre primos). Desta corrida familiar pelo poder da administração pública, a família Veras é sinônimo de duas facções políticas rivais identificadas como família 12 e família 14 e que, nos dias de hoje, possui como maiores representantes os primos legítimos Jaime (filho de Veraldina) e Ademar Veras (filho de Pedro). Ao passo que esse tipo de fazer política se consolida como uma prática legítima, que é replicada e ampliada ao longo do revezamento entre parentes da família 12 e família 14 na administração municipal, surge nesta localidade, além do monopólio do acesso e à distribuição aos recursos públicos, a 'fabricação' (VILLELA, 2009:209) de parentes pela política e, reciprocamente, de políticos pela família. O que aqui identifico como 'fabricação' mútua de parentes pela política, em outros contextos pode ser entendida como relações clientelistas e nepotismo. Assim, pensando nas maneiras pelas quais os



moldes constituintes de família são replicados nos quadros da política e vice-versa, proponho analisar, nesta apresentação, uma revisitação das teorias clássicas de formas muito tradicionais de entender as relações entre política e família. Ao me debruçar sobre assuntos que envolvam política e família no semiárido nordestino, surgem imperativos teórico-metodológicos que merecem tratamento pormenorizado pois, quando pensadas em um contexto nacional, família e política despertam a impossibilidade de uma ser entendida pela outra. Assim, a incompatibilidade de tal junção me leva a pensar que os usos de conceitos tradicionalmente abordados por Nunes Leal (1948 [2012]), Maria Isaura P. de Queiroz (1976) e Linda Lewin (1993), podem e devem ser repensados à luz de teorias e contextos empíricos contemporâneos.



Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero, de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e



Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA) e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização:**Apoio:****Organização:**